

**Mercado**  
Crédito bancário  
na região abaixo  
da média do país  
Pág.28

**Batalha**  
Concerto no  
Mosteiro transmitido  
para todo o mundo  
Pág.21

**Natação**  
Equipa feminina  
do Bairro dos Anjos  
sobe à primeira  
divisão Pág.24

**Campanha de solidariedade**  
reverte a favor  
da **Associação**  
**Portuguesa de AVC**  
e **Atlas** Pág.10



# REGIÃO DE LEIRIA



**Marinha Grande**  
Museu do Vidro é único  
no país e está a celebrar  
20 anos Pág.44

[www.regiaodeleiria.pt](http://www.regiaodeleiria.pt)

1 euro (IVA 6% incluído) // Diretor Francisco Rebelo dos Santos  
// Diretora-adjunta Patrícia Duarte // Ano LXXXIV // Edição N.º 4265



Joaquim Dâmaso



**Amnistia  
Internacional  
leva o bê-á-bá  
dos direitos  
humanos  
às escolas** Pág.6

PUBLICIDADE

**Sarafauto**  
in motion

**Muito mais que um Aluguer!**  
Este Natal peça-nos uma cotação, sem compromisso!

[www.sarafauto.pt](http://www.sarafauto.pt) | (+351) 244 723 988

# Ativismo

## Direitos humanos: uma questão de educação

**Leiria** São jovens e são poucos mas não abdicam da luta pela defesa dos Direitos Humanos. Ativistas da Amnistia Internacional, acreditam que a Educação é o caminho para mudar mentalidades

### Martine Rainho

A aula de Cidadania passou tão depressa que os alunos do 9ºE da EBI de Santa Catarina da Serra aceitaram ficar mais 10 minutos para ouvir Mariana Violante, ativista da Amnistia Internacional (AI), falar de identidade de género e orientação sexual e dos inúmeros conceitos associados.

A campanha da AI “O meu corpo, os meus direitos” serviu de mote para as duas primeiras sessões do projeto de Educação para os Direitos Humanos (EDH) que o Grupo 32/Leiria está a dinamizar, pela primeira vez de uma forma regular numa escola, até ao final do ano letivo. A ideia é mesmo deixar sementes, combater ideias preconcebidas e sensibilizar os jovens para outros temas como a pena de morte, a tortura, o racismo e a questão dos refugiados, mas também o assédio sexual, a violência de género e o *bullying*.

Na sessão de 30 de novembro, Mariana Violante recorreu ao “biscoito de género” para es-

clarecer o que é ser cisgénero e transgénero - pessoas que se identificam ou não com o género que lhes foi atribuído à nascença, respetivamente. Explicou ainda o que é ser binário - em que a lógica apenas admite dois géneros com características distintas (homem e mulher) - e não binário - em que a pessoa “não está interessada em encaixar-se numa ou noutra definição” - e debruçou-se sobre os papéis de género.

Já no âmbito da orientação sexual, abordou os conceitos de heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade (ausência de atração sexual) e pansexualidade (atração por pessoas independentemente do sexo ou género).

E se o leitor entretanto se perdeu no meio de tanto vocabulário, pode recordar o caso de Conchita Wurst, famosa concorrente da Áustria no Festival Eurovisão da Canção de 2014, que se assume como “pessoa trans não binária”.

Mariana Violante aponta ainda o exemplo “paradigmático” de Vitalina Koval, da Ucrânia, que

tem sofrido “ataques e perseguições” por ser “mulher, lésbica e ativista pelos direitos das mulheres e da comunidade LGBTQI+”.

Dois casos que ajudaram a lançar o debate em torno do tormento de muitas pessoas que se veem obrigadas a esconder a sua orientação sexual ou identidade de género, por haver países que não permitem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, outros onde a homossexualidade é ilegal e outros ainda onde é punida com pena de morte.

### Desmitificar ideias feitas

“Há pessoas em risco de vida por serem gays, lésbicas ou transexuais e, para nós, Amnistia Internacional, é uma total falha no que respeita aos direitos humanos”, sustenta Mariana Violante. Na verdade, frisa, “a discriminação mina qualquer sociedade”. “Achamos que é piada dizer que uma pessoa é lésbica ou gay e que não ofende, mas ofende. Não nos apercebemos que essa pessoa passa o dia aterrorizada com a possibilidade de aparecer

um colega a gozar”, destacou ainda, referindo que o *bullying* nas escolas também é um problema de direitos humanos.

Karina Bank, aluna do 9º ano, saiu da aula mais esclarecida. Além de ter aprendido novos conceitos, descobriu que Vitalina Koval vive na mesma zona de onde é natural na Ucrânia. “Não sabia”, confessa apesar do interesse em acompanhar notícias sobre estas temáticas

Já Inês Lopes considera que estas questões deveriam ser

**São dois os projetos de continuidade que o Grupo 32/Leiria da AI abraçou para aprofundar o tema dos direitos humanos junto dos mais novos. Um na EBI de Santa Catarina da Serra e um outro com as crianças do Redes na Quint@**

abordadas mais cedo na escola, para que os alunos tivessem bases para mais tarde poderem aprofundá-las. E lamenta que sejam os próprios Estados, “que deveriam dar o exemplo às suas populações”, a “discriminar quem é diferente”.

Afirmando-se “sem preconceitos” e com abertura em casa para falar desta temática, Hugo Vieira reconhece alguns conceitos de que ouviu falar “um pouco complicados”, mas não duvida de que toda a informação “é importante para evoluir e para saber aceitar as pessoas diferentes”.

A próxima sessão está marcada para janeiro no âmbito de uma parceria sugerida por Fernanda Ruivo, que além de professora e responsável do Clube UNESCO na EBI de Santa Catarina de Serra, foi fundadora do grupo de Leiria da AI que coordenou durante 15 anos. Já então, trabalhou “principalmente em educação para os direitos humanos” em várias escolas, tendo registado com agrado que o seu esforço deu frutos depois de reencontrar José



## O que diz a DUDH

**Artigo 1.º**

**Todos os seres humanos** nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.

**Artigo 2.º**

**Todos os seres humanos** podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. (...)

**Artigo 5.º**

**Ninguém** será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

**Artigo 9.º**

**Ninguém** pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.

**Artigo 10.º**

**Toda a pessoa** tem direito, em plena igualdade, a que a sua causa seja equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida.

**Artigo 14.º**

**Toda a pessoa** sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países (...)

**Artigo 15.º**

**Todo o indivíduo** tem direito a ter uma nacionalidade (...).

**Artigo 17.º**

**Toda a pessoa**, individual ou coletivamente, tem direito à propriedade. Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua propriedade.

**Artigo 18.º**

**Toda a pessoa** tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião; este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.

**Artigo 19.º**

**Todo o indivíduo** tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.



01



02

## 30

**A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, comemorou 70 anos. Contém 30 artigos, alguns deles desdobrados, que visam garantir direitos básicos e liberdades para todos os indivíduos. Apesar de ser o documento mais traduzido no mundo (em pelo menos 508 línguas), não tem efeito vinculante, pelo que os países signatários não sofrem sanções em caso de incumprimento ou desrespeito**

Tavares, ex-aluno e um dos membros mais ativos da AI em Leiria. E foi com a ideia de aprofundar o tema da sexualidade com os seus alunos que recorreu ao grupo, depois de ter participado em Leiria num encontro com Sakris Kupila, estudante de medicina finlandês, de 21 anos, a quem foi atribuído o género feminino à nascença mas com o qual não se identifica.

O primeiro balanço é positivo. Com estas sessões, “e pela primeira vez desde que se fala em sexualidade, vi jovens que sabem muito, outros que estavam alheios e confusos, e outros que foram obrigados a pensar e a pesquisar”.

**“Há um retrocesso”**

Para Mariana Violante, que também preside à mesa da Assembleia Geral da Amnistia Internacional Portugal, a educação para os direitos humanos continua a ser premente, nomeadamente “porque, no panorama atual de acesso à informação pouco tratada, há muita confusão e os media preferenciais dos jovens

têm muita falsa informação”.

“Encaro isso como um retrocesso porque, às vezes é preciso voltar aos básicos e dou por mim a ter de explicar porque é que os direitos humanos são para todos. Estamos a voltar a um momento em que as pessoas questionam a universalidade dos direitos humanos”, confessa, ela que se tem desdobrado em sessões nas escolas e outras pontuais, como aconteceu no mês passado a convite da associação Sempraudaz ou do Lions Clube de Leiria. Um público diferente que exige abordagens diferentes.

Tanto numas como noutras, a estratégia passa por “dar a conhecer exemplos concretos de pessoas que têm os seus direitos em risco” e tentar “desmistificar ideias pré concebidas, pouco assentes em factos e muito resultado do medo e da ignorância”, explica Mariana Violante.

No caso dos jovens, e ainda que, “de uma forma geral, não estejam muito sensibilizados ou preocupados com os direitos humanos porque não os afeta dire-

tamente, a não ser o *bullying* - e percebemos que é para eles uma realidade -, acabam por perceber que todas estas questões fazem parte do seu dia a dia e comecem a questionar”, como sucede com a violência de género ou as desigualdades entre homens e mulheres.

A mensagem tem passado, mas ainda é preciso “remar contra uma maré muito forte”, acredita a responsável, apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos já ter 70 anos.

“Quanto temos que explicar porque é que toda a gente tem que ter os seus direitos assegurados e por que nenhuma pessoa está com os seus direitos garantidos se não estiverem todas, é ter que voltar muito atrás. Os direitos têm que ser iguais para todos”, sustenta, convicta de que o caminho passa por sensibilizar os jovens cada vez mais cedo.

O interesse nalguns casos é manifesto e há várias escolas na região onde nasceram grupos de estudantes da AI, alguns dos quais muito dinâmicos.

**01** Crianças da Quinta do Alçada debatem e trabalham de forma prática alguns dos artigos da DUDH no âmbito de uma parceria entre o projeto Redes na Quint@, da InPulsar, e o grupo de Leiria da AI  
Fotos: Joaquim Dâmaso

**02** O ativista Luaty Beirão esteve na Arquivo em 2017 para falar dos Direitos Humanos em Angola a convite da AI  
Fotos: Gil Álvaro Lemos



Sou contra as datas de calendário porque representam tudo o que não devem representar: falamos dos Direitos Humanos porque não existem. São 70 anos [da DUDH] e nem sequer deviam ter sido sete dias”

**Fernanda Ruivo**, fundadora do grupo de Leiria da AI e professora na EBI de Santa Catarina da Serra



01



03



02

- 01 Em 2017, o grupo de Leiria da AI organizou uma exposição e uma ação de rua no âmbito da campanha “A violência de género começa numa piada”
- 02 Ação de sensibilização e divulgação do trabalho da AI  
Fotos: Gil Álvaro Lemos
- 03 Alunos do 9ºE da EBI de Sª Catarina da Serra têm este ano uma aula mensal com Mariana Violante sobre DH

## Respeitar a DUDH O bê-á-bá dos direitos humanos

Se para os adultos, a universalidade de direitos é um conceito por vezes difícil de aceitar, para as crianças a questão parece pacífica. E nenhuma das crianças que assistiu à primeira sessão realizada por Mariana Violante no Redes na Quint@, da associação InPulsar, ficou com dúvidas quanto ao primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos - “os Dudhs” como lhe chamam - que é explícito: os direitos humanos “são para todos as pessoas que nascem neste planeta, no universo, no infinito e mais além”.

Mas será que somos todos iguais? Nem por isso, apesar de termos os mesmos direitos. O segundo artigo da DUDH explica isso e o António resumiu: “algumas pessoas são pobres, outras ricas, outras falam outras línguas, outras são de outra cor e há outras que amam umas pessoas e outras que amam outras”.

Na segunda sessão, realizada no passado dia 5, ficou claro que, “apesar de diferentes, temos direito a tudo” o que a DUDH proclama, e “todos temos direito à diferença sem que isso ponha em causa os nossos direitos”.

Falou-se ainda de racismo e de discriminação - uma palavra difícil de pronunciar e de perceber - e pintaram-se figuras com características diferentes para

poderem ser sobrepostas e assim ilustrar o segundo artigo.

Para este projeto foram selecionados alguns dos 30 artigos da DUDH que serão trabalhados pelas crianças sessão a sessão, criando “uma oportunidade para poderem refletir sobre o mundo atual e saberem como agir”. “É um trabalho de preparação e de cidadania”, explica Carolina Cravo, coordenadora do Redes na Quint@, até porque “a questão dos direitos humanos faz parte do código genético do projeto”, não estivesse ele implementado na quinta do Alçada, onde convivem famílias de 32 nacionalidades diferentes.

Carolina Cravo acredita que esta multiculturalidade é enriquecedora mas suscita debate. Bastou-lhe recordar que as crian-

**As crianças do Redes na Quint@ trabalham a Declaração Universal dos Direitos Humanos artigo a artigo, numa sessão prática, em que se abre portas ao debate e à criatividade**

ças tiveram de fazer na escola uma composição sobre o Natal, “assumindo o livro que todos o celebram”. “Assumir esta homogeneidade é não conhecer a realidade para a qual vivemos e, no Redes na Quint@, gera muito debate mas também descobertas incríveis”, conta, adiantando que as crianças “andam a investigar o que é ser árabe e o que é ser muçulmano”, por exemplo. E aos poucos “desmontamos preconceitos” enquanto “aprendem a respeitar a tradição e as diferenças”. “E percebemos que é mais o que nos une do que o que nos separa e eles percebem isso” apesar de serem tão novos.

As sessões com a AI são práticas e ajudam a “racionalizar” e a “concretizar” todos estes conceitos.

Mais teóricas são as iniciativas que visam dar a conhecer a atividade da organização e do grupo de Leiria. O que são e como evoluíram os direitos humanos, como surgiu a AI, o que faz, como investiga os casos que denuncia, como luta a favor dos direitos humanos no mundo, como se mantém independente, como pressiona os governos e como podem as pessoas contribuir individualmente - com particular enfoque na assinatura de cartas e petições - são alguns tópicos incontornáveis.



A questão dos direitos humanos faz parte do código genético do Redes na Quint@ e é importante que os participantes conheçam os seus direitos e os direitos de qualquer cidadão no mundo, levando-os a refletir sobre isso. De pequenino se torce o pepino”

**Carolina Cravo**  
Coordenadora do projeto Redes na Quint@ - E6G, da InPulsar

“Estamos numa fase de retrocesso de direitos humanos”, lembrou Mariana Violante, na palestra que proferiu em meados de novembro na Sempraudaz, onde abordou o problema dos refugiados, a guerra no Iémen, a crise humanitária no Sudão e as desigualdades de género, entre outras causas.

Desde a sua reativação em 2015, o Grupo Local 32/Leiria da Amnistia Internacional Portugal (AI) já realizou 67 sessões de Educação para os Direitos Humanos em várias escolas da região, maioritariamente do concelho de Leiria, do 1º ciclo ao ensino superior.

Promove ainda ações de sensibilização para as campanhas da AI, entre as quais a “Maratona de cartas”, “O meu Corpo, Os meus Direitos”, “SOS Europa”, “Eu Acolho” e “European Black-Days”, dinamizou debates sobre os direitos humanos no Brasil a propósito do assassinato de Marielle Franco e sobre Identidade de Género com Sakris Kupila. Organizou também este ano um “Escape Room” sobre a questão das pessoas refugiadas, no âmbito do Festival A Porta, e tem participado em vários eventos da cidade para dar a conhecer o trabalho e as causas da AI, mantendo a porta aberta a novos ativas e apoiantes.